

MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE FERROVIÁRIOS

- Trabalhadores do activo e reformados –

17 Janeiro 2013 – 14,30h

Administração da CP / Ministério da Economia

MANIFESTO

O conjunto de medidas recessivas que o governo tem estado a tomar, nas diversas iniciativas legislativas, estão a conduzir ao empobrecimento de trabalhadores, pensionistas e reformados, aumentando as dificuldades destes para conseguirem terem uma vida digna e visa, essencialmente, reduzir os custos salariais de quem está no activo ou na situação de reforma, ao mesmo tempo que reduz as funções sociais do Estado, desprotegendo os cidadãos, numa altura que aumentam as dificuldades para estes;

É neste sentido que se inserem as medidas de redução e congelamento dos salários e pensões desde 2010; a redução do pagamento do valor do trabalho extraordinário, trabalho em dia de descanso semanal e dia feriado; o congelamento das progressões profissionais; que significam já uma redução salarial, no mínimo equivalente a 3 salários mensais num ano, violando assim as expectativas dos trabalhadores e os Acordos de Empresa livremente assinados entre empresas e estruturas sindicais;

É no mesmo sentido que aponta a proposta de lei 106/XII, que a ser aprovado procurará impor aos trabalhadores das empresas públicas mais um corte salarial no valor do subsídio de refeição, no valor do pagamento do trabalho nocturno e trabalho extraordinário, no trabalho em dia de descanso semanal e dia feriado, destruindo assim, praticamente toda a contratação colectiva parte significativa das matérias nucleares das relações de trabalho;

Num quadro de preparação das empresas do sector ferroviário para processos de privatização, o governo quer destruir todas os direitos contratuais, em particular o direito ao transporte ferroviário de trabalhadores e familiares, direito existente há mais de 100 anos, que se insere nas diversas componentes de trabalho, que foi fruto de processos negociais, decorrentes do direito constitucional à negociação colectiva nas empresas;

Esta medida vai ter um impacto negativo nos

MANIFESTAÇÃO
(ferroviários do activo e reformados)
TRABALHO COM DIREITOS * NEGOCIAÇÃO COLECTIVA
PRODUÇÃO NACIONAL DE COMBOIOS * SERVIÇO PÚBLICO
17 Jan - 2013 - 14,30h - Administração da CP

**PAREM
DE NOS
ROUBAR**

As organizações de trabalhadores:
CT da CP * CT da REFER * CT da EMEF * CT da CP CARGA * COMISSÃO REFORMADOS *
ASCEF * ASSSIFECO * SENSIQ * SINAFE * SINDEFER * SINFB * SINFESE * SIOFA * SFRCI *
SMAQ * SNAQ * SNTSF * STF

As organizações: **CT da CP * CT da REFER * CT da EMEF * CT da CP CARGA * COMISSÃO REFORMADOS * ASCEF * ASSSIFECO * SENSIQ * SINAFE * SINDEFER * SINFB * SINFESE * SIOFA * SFRCI * SMAQ * SNAQ * SNTSF * STF**

trabalhadores do activo e reformados, que verão reduzidos os seus rendimentos disponíveis e dos trabalhadores na situação de rescisão do contrato que vêem assim violada uma norma desses contratos;

Ao mesmo tempo que reduz e congela os salários e rendimentos dos trabalhadores, o governo impõe brutais aumentos de tarifas, que em muitos casos duplicaram, reduz e degrada os serviços prestados, reduzindo assim a componente social do transporte ferroviário, como modo estruturante de um verdadeiro sistema de mobilidade a nível nacional;

Ao mesmo tempo que reduz os custos salariais e aumenta brutalmente as tarifas, o governo prepara medidas para entregar as partes “rentáveis” do serviço ferroviário a privados, ficando, no entanto, o erário público com a responsabilidade da dívida que resulta de ao longo dos anos se terem transferido para a responsabilidade das empresas as obrigações do Estado no que concerne à garantia do serviço público e ao investimento em infraestruturas;

É nesse sentido que vamos assistindo à destruição da EMEF, que aos poucos está a ser dividida a retalho, destruindo-se assim uma importante empresa que pode ter um papel importante no desenvolvimento da produção nacional e na criação de emprego, nomeadamente através da capacidade de construção do material circulante que o País precisa. A destruição desta empresa está a colocar em risco centenas de postos de trabalho;

Assistimos a uma forte redução de trabalhadores no sector, enquanto em contrapartida se viu aumentar o número de gestores e quadros superiores nas empresas ferroviários, num processo que ainda não terminou, estando já anunciados a intenção de se reduzir ainda mais, colocando em causa a garantia de um serviço ferroviário de qualidade e seguro;

Perante este ataque brutal aos ferroviários e à ferrovia em Portugal, os trabalhadores do sector têm assumido a luta em defesa dos seus direitos e, perante a firmeza demonstrada, nas empresas assistimos ao aumento da repressão, com a instauração de centenas de processos disciplinares, numa escalada repressiva nunca vista.

As organizações sindicais abaixo indicadas entendem que é preciso travar esta brutal ofensiva em defesa dos ferroviários do activo e reformados e dos interesses dos utentes a terem um serviço público de qualidade, pelo que apelam a uma forte mobilização de trabalhadores, reformados e trabalhadores na situação de rescisão de contratos, para uma manifestação nacional a ter lugar no dia 17 de Janeiro de 2013, pelas 14,30h, em frente á sede da administração da CP, Calçada do Duque, nº 20 em Lisboa, em torno das seguintes reivindicações;

Pelo cumprimento dos Acordos de Empresa em todas as suas matérias;

Não à redução e congelamento dos salários, pensões e reformas;

Pelo aumento dos salários e pensões;

Pelo respeito dos direitos contratuais, com especial destaque para o direito ao transporte ferroviário;

Pelo fim e arquivamento dos processos disciplinares resultantes do exercício do direito à greve;

Não à destruição das empresas públicas e redução das componentes salariais previstas na proposta de lei 106/XII;

Pela defesa de um serviço público de qualidade e que corresponda às necessidades do País e dos Portugueses;

Contra a privatização e destruição das empresas do sector ferroviário;

Contra a destruição das funções sociais do Estado.